



GT 065. Trajetórias de acadêmicos indígenas, negros e quilombolas: impactos presentes e perspectivas de futuro

Ugo Maia Andrade (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Osmundo Santos de Araújo Pinho (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - Coordenador/a, Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA) - Debatedor/a, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Programa Pós-Graduação Estudos Étnicos e Africanos; Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Debatedor/a

O acesso à universidade suscitou novas perspectivas para segmentos socialmente minoritários, a exemplo de indígenas e quilombolas, e mesmo negros (pretos e pardos) urbanos, cujos indivíduos ascenderam ao ensino superior como realizações pessoais e/ou estratégias coletivas. Todavia, se ainda persistem inúmeros obstáculos à sua permanência na academia, percursos acadêmicos de indígenas, negros e quilombolas têm sido construídos na contramão das adversidades. Pretende-se reunir, neste GT, comunicadores atentos aos efeitos dessas trajetórias sobre coletivos indígenas, negros e quilombolas, buscando-se responder a quatro questões básicas: [1] até que ponto o acesso à universidade pública tem auxiliado na consolidação/formação de uma autonomia e protagonismo indígena, negro e quilombola em um cenário de deterioração gradual de direitos? [2] Em que sentido a produção acadêmica e política desses atores sociais tem feito diferença em relação ao que, antes, já se produzia? [3] Quais os novos olhares e perspectivas trazidos por estes novos intelectuais indígenas/quilombolas/negros? [4] Que repercussões têm sido produzidas, nos coletivos de origem, pela ascensão de indígenas e quilombolas/negros ao ensino superior em níveis de graduação e pós-graduação?

A presença indígenas nas universidades frente aos paradigmas constitucionais: uma análise bibliográfica dos países Andinos

Autoria: Tiago Franco de Paula, Elizabeth del Socorro Ruano Ibarra

Pesquisa bibliográfica sobre o acesso dos povos indígenas ao ensino superior na Bolívia, Equador, Peru e Colômbia. A análise se apoiou na comparação das legislações e nos dados oficiais sobre a presença indígena nas universidades desses países. Os conceitos de plurinacionalismo, interculturalidade e Buen vivir nortearam a análise. Entre os resultados se destaca que os indicadores na Bolívia e Equador, países que adotaram o paradigma plurinacional e intercultural em seus textos constitucionais, são melhores quando comparados com Peru e Colômbia, que apresentam tímidos avanços. Desse modo, a síntese integradora e comparativa da bibliografia analisada apontou a relação direta entre os paradigmas constitucionais vigentes e os limites ou possibilidades para a garantia do direito à educação para esses povos.

[Trabalho completo](#)

Abrindo trilheiros na universidade: novas narrativas e epistemologias na produção intelectual indígenas, quilombolas e PCTs

Autoria: Mônica Celeida Rabelo Nogueira

A presente comunicação reúne reflexões sobre a produção intelectual de egressos do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), iniciativa dedicada à formação de indígenas, quilombolas e de sujeitos oriundos de contextos comunitários abarcados pela categoria Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no Brasil, além de profissionais, sem origem comunitária, que atuam junto a PCTs, em posições institucionais diversas. A comunicação articula a análise de três aspectos dessa produção:



os conteúdos das pesquisas, em suas recorrências e sentidos; as inovações metodológicas e tensões epistemológicas; e, por fim, as feições das narrativas e o lugar de fala dos sujeitos que as enunciam. A consideração desses aspectos aponta para deslocamentos em relação às trajetórias clássicas de formação intelectual no Brasil e para interpelações à universidade quanto ao sentido dos conhecimentos que produz e à sua posição em um campo de forças sociais e políticas que tende a perpetuar a desigualdade e a negação de outridades.

Acadêmicos indígenas em Roraima: entre caminhos, bifurcações e labirintos

Autoria: João Francisco Kleba Lisboa

A apropriação indígena dos saberes acadêmicos, dos ritmos, formatos e cacoetes deste ambiente singular do mundo não indígena, mas também das posições e lugares de fala que ele propicia, vai aos poucos sendo incorporada nos modos de ser da juventude indígena em Roraima que, em meio a influências diversas, entra na universidade e ali passa um período de sua vida. O processo de buscar formação pessoal e conhecimento sob a forma de experiência de vida longe da comunidade faz parte de uma dinâmica propriamente indígena de aprendizado. Ou seja, a educação formal é englobada no modo de conhecer/ver/traçar o próprio caminho. Se esse fenômeno recente não pode ser descrito simplesmente como a execução de um projeto coletivo unívoco e direcionado, tampouco ele é apenas um apanhado de histórias e relatos individuais. É possível afirmar que, ao menos em Roraima, os acadêmicos indígenas são hoje uma faceta inovadora e vibrante do mundo indígena, mesmo que não haja consenso sobre isso: para algumas lideranças e comunidades eles representam a aposta em um futuro melhor, enquanto para outras são motivo de desconfiança e até de algum desprezo. Bifurcações, e não meramente dualismos, no entanto, sempre fizeram parte das construções (simbólicas, sociais) das sociedades indígenas, o que desperta até hoje a atenção de parte da etnologia. Mas também se trata da tentativa, por parte dos povos indígenas, de encontrar soluções para os problemas contemporâneos que assolam suas terras, suas crianças e jovens, que interferem na sua relação ancestral com animais, plantas e rios, enfim, que perturbam suas comunidades e, de forma geral, o planeta como um todo. O percurso neste labirinto, portanto, para alguns indígenas, passa pelos corredores labirínticos das universidades.

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTUDO SOBRE AS RESERVAS DE VAGAS PARA ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Autoria: Samilys de Oliveira Saraiva

O presente estudo, que resultou da pesquisa de work de conclusão de curso, objetivou estudar o acesso de estudantes oriundos de comunidades quilombolas na Universidade Federal do Pará, por meio do Processo Seletivo Especial (PSE), tendo como recorte temporal o ano de 2013, 2014 e 2015. A proposta metodológica desta pesquisa promove uma investigação sob a ótica da sociologia pública, concernente a isto foi constituída uma pesquisa qualitativa, tendo como fonte de dados os editais dos respectivos anos investigados, as planilhas do P.S.E fornecidas pelo Centro de Indicadores Acadêmicos (CEPS) UFPA e entrevistas semiestruturadas com professoras que participam da seleção dos candidatos e discentes acadêmicos quilombolas. Como resultados obtidos neste estudo têm-se a descrição do processo de seleção e os caminhos percorridos para o acesso de fato, levantamento de dados em gráficos sobre o PSE com seus alcances, demandas e perspectivas e situa como se estabelece as Políticas de Ações afirmativas ? sob forma de reservas de vagas para quilombolas ? na UFPA num contexto abrangente de lutas e conquistas de direitos acessados pelo viés social no Brasil.



Algumas reflexões sobre Antropologia nativa: trajetória acadêmica de um pesquisador Fulni-ô

Autoria: Romério Humberto Zeferino Nascimento, Wilke Torres de Mello

Wilke Torres de Mello, Indígena Fulni-ô, nascido em Águas Belas/PE, em 1981, desde a infância se interessou pelas questões sociais e políticas que envolviam seu povo, participando sempre de rodas de conversas entre os mais velhos, fato que o motivou a participadas mobilizações políticas dos Fulni-ô. cursou o ensino técnico na Escola Agropecuária Federal de Belo Jardim/PE, após o que seguiu para Recife, para a dura jornada do ingresso na universidade pública, concorrendo a uma vaga no curso de Ciências Sociais da UFRPE. Nos primeiros anos desenvolveu pesquisas de iniciação científica (com bolsa) nas áreas de campesinato e Sociologia rural, política indigenista, e em seguida nos estudos de identidade étnica e etnicidade, sendo acompanhado pelos professores Renato Athias e Peter Schröder, ambos da UFPE. Na sequência, participou do programa de seleção da Fundação Ford, concorrendo com 1200 candidatos a uma bolsa de pesquisa. No final do processo foi um dos 40 selecionados para realizar o curso de pós-graduação/mestrado em qualquer universidade do país, ou mesmo em outros países. Ele escolheu a Universidade Iberoamericana no México, tendo o Dr. Alejandro Agudo Sanchíz como orientador de pesquisa. Nesse curso, ele produziu a dissertação ?Dinâmicas políticas indígenas: una interpretación etnográfica del fenómeno político en el proceso de resistencia étnica Fulni-ô en noreste de Brasil?, defendida em 2013. A dissertação trata das questões políticas dos indígenas do Nordeste brasileiro, com ênfase no panorama sociopolítico dos índios Fulni-ô a partir da análise da sua formação territorial, afirmação étnica e definição dos elementos culturais que contribuem para dar uma certa coesão ao grupo. Após essa experiência universitária ele passa a trabalhar como antropólogo em instituições governamentais e não governamentais. A comunicação tratará da sua trajetória de vida, enfatizando, entre outros aspectos, a discriminação étnica de que foi alvo por parte de uma sociedade política e economicamente dominante, e que ultrapassou o entorno da Aldeia Fulni-ô, atingindo até o interior da Universidade, através de colegas estudantes e, mais ainda, de professores. O preconceito vivenciado nos espaços escolares impulsionou Wilke a assumir a via do enfrentamento rumo às questões afirmativas.

[Trabalho completo](#)

Cultura Escolar Agrícola e Educação Escolar Indígena: vivências dos alunos Xakriabá no Instituto Federal Goiano ? Campus Urutaí - GO

Autoria: Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida

O fenômeno da educação escolar indígena inicia-se no Brasil já no período colonial com a intervenção dos padres jesuítas em territórios indígenas e continua até os dias atuais tendo o marco a promulgação da Constituição de 1988 como um divisor de águas na compreensão o sujeito denominado indígena com o fim da tutela institucionalizada por meios legais. Na história do contato a escolarização aparece como uma das camadas que faz mediação no que tange ao contato interétnico. A escola é uma instituição que possui um conjunto de normas, hábitos e vivências que permeiam o imaginário e o dia-a-dia daqueles que já a conhecem, nos levando a ideia de que a instituição escolar também pode possuir uma cultura própria. Cultura escolar é um conceito mobilizado pela área de estudo da educação como ferramenta de análise do conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas (VIÑAO FRAGO, 2000). A cultura escolar local gera uma linguagem própria, uma comunicação entre os sujeitos atuantes na escola: alunos, professores, servidores. Essa linguagem, se manejada da forma correta permite a entrada dos alunos no mundo do saber e do conhecimento, os distinguindo dos outros (BOURDIEU, 2007). Tudo isso é mediado pela cultura letrada (LAHIRE, 1997) o que pode vir a gerar uma barreira para aqueles que adentram este espaço escolar sem se apropriar desta técnica de manejo do mundo



(LUCIANO, 2011). Buscando compreender os modos como a cultura escolar é construída/modificada ao longo do tempo e como a presença de alunos indígenas em uma instituição escolar que possui cursos que englobam o Ensino Médio, Técnico e Superior age sobre essa edificação, propõe-se aqui analisar o caso particular de alunos indígenas da etnia Xakriabá que se deslocam de suas aldeias no município de São João das Missões (Norte de Minas Gerais) para estudar no Instituto Federal Goiano ? Campus Urutaí (localizado no sudeste goiano). Para tanto mobiliza-se a própria história da instituição escolar, que nos termos de Issa (2014) possui uma ?cultura escolar agrícola? devido a sua própria constituição e a ?cultura? dos alunos Xakriabá, um dos povos que primeiro aderiu a escolarização no estado de Minas Gerais. É nesse cenário que o work de etnografar a rotina de alunos, professores e servidores aparece como uma ferramenta que possibilita analisar as mudanças e permanências no que tange a cultura escolar local ao longo dos anos e nos possibilita compreender pelo menos em parte os avanços e desafios desse encontro.

[Trabalho completo](#)

Discutindo Trajetórias: Etnicidade, Classe e Cotas na UEPB

Autoria: Melânia Nóbrega Pereira de Farias

Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no ano de 2006, através da Resolução UEPB/CONSEPE/06/2006, foi definida uma política de reserva de vagas para o Concurso Vestibular da Instituição. Sendo assim, a partir do ano de 2007 na UEPB, a partir da Resolução supracitada, cinquenta por cento (50%) do total de vagas de cada curso de graduação passou a ser destinado a candidatos aprovados no Vestibular da Instituição que tivessem cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas do Estado da Paraíba. Vale ressaltar que a implantação desta política se deu de modo gradativo, pois a reserva de vagas definidas na Resolução 06/2006 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEPB foi implementada na ordem de dez por cento (10%) a cada ano a partir de 2007, de modo que atualmente esta política já foi integralizada em termos de reserva de vagas. Ao contrário da UERJ, que destinou um percentual de vagas específico para negros, a UEPB estabeleceu apenas um percentual para aqueles considerados ?carentes?. Cumpre destacar que, de acordo com inúmeras pesquisas realizadas no Brasil, os negros estão alocados, em sua grande maioria, nas classes sociais mais baixas (FERNANDES, 1978; HASENBALG, 1979; MOURA, 1988; AZEVEDO, 1996; PINTO, 1998; TEIXEIRA, 2003; D?ADESKY, 2001). Propõe-se aqui, portanto, um estudo sobre a questão da inclusão de alunos(as) negros(as) no Campus VI da UEPB através da Política de Cotas Sociais da Instituição e suas trajetórias. O que se pretende compreender é, em última instância, como estes alunos(as) se vêem enquanto negro(s) e ?cotistas?, quais os caminhos percorridos por estes(as) até chegar à UEPB e ainda perceber suas trajetórias no âmbito desta Instituição. O fato é que, segundo Teixeira (2003), nenhum autor questiona a relação entre raça ou etnicidade e as desigualdades sociais. Os estudos e pesquisas sobre a situação do negro na sociedade brasileira têm revelado ser a educação tradicionalmente um dos principais instrumentos capazes de promover a ascensão social e econômica do negro na busca de uma maior igualdade com os brancos (FERNANDES, 1978; PINTO, 1998; TEIXEIRA, 2003). Nestes termos, esta pesquisa, que se delineia de modo analítico-descritivo e qualitativo, mediante realização de pesquisa bibliográfico-documental, da aplicação de questionários e da realização de entrevistas, pretende dar visibilidade àqueles que não aparecem nos gráficos estatísticos, sem contudo, limitar-se a ?individualizar? algumas escolhas e trajetórias, procurando nelas seu sentido mais sociológico, ou seja, as bases sociais capazes de permitir a outros indivíduos escolhas e trajetórias semelhantes; e, ainda, sem abrir mão das análises mais amplas e abrangentes.

[Trabalho completo](#)



Docentes negras/os em universidades federais: entre a invisibilidade associada ao racismo estrutural e os desafios relativos à implementação da Lei nº 12.990/2014

Autoria: Luiz Mello de Almeida Neto, Ubiratan Pereira de Resende - Professor do Instituto Federal de Brasília (IFB) e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Débora Cunha - Professora da Faculdade de Ciência

É expressiva a carência de informações relativas à raça/cor quando se busca o perfil de docentes de universidades federais, assim como de servidoras/es públicas/os federais em geral no Brasil. Segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? Inep, aproximadamente 54% das/os docentes não declararam sua raça/cor, enquanto 34% se autodeclararam brancas/os, 9% pardas/os, 1% pretas/os, 1% amarelas/os e menos de 1% indígenas. Entre as/os 46% que informaram sua raça/cor, portanto, uma maioria muito significativa é branca. Nesse contexto, mais que nunca se mostra fundamental buscar compreender o alcance e os impasses da Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas de concursos públicos federais para candidatas/os negras/os (categoria que reúne pretas/os e pardas/os, nos termos propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), no âmbito da carreira de magistério superior das universidades federais, principalmente quando se sabe que essas, juntamente com as universidades públicas estaduais, são berço e principal objeto das políticas de ações afirmativas para negras/os no Brasil. Todavia, a partir da análise de mais de 3.000 editais de concursos públicos para docentes das 63 universidades federais, no período de 09.06.2014 (data de aprovação da Lei nº 12.990/2014) a 31.01.2018 (marco temporal limite estabelecido para o levantamento de dados de nossa pesquisa), o que se observa é que o cenário não parece muito promissor, já que o percentual de vagas reservadas para candidatas/os negras/os é de menos de 5%, ou seja, muito inferior ao proposto na lei e mesmo ao percentual identificado no censo do Inep antes referido (10%, quando reunidas/os docentes pretas/os e pardas/os). Todavia, essa realidade pode começar a ser alterada, se enfrentado o racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira ? aí incluídas, por suposto, as universidades federais ? e se implementadas estratégias que permitam a compatibilização entre a especificidade dos processos de seleção da carreira docente de universidades federais, que costumam oferecer poucas vagas, por área de conhecimento, em seus concursos, e o cumprimento de um dos requisitos fundamentais da referida lei, que é a oferta de um mínimo de três vagas por edital, para que haja reserva de pelo menos uma para candidata/o negra/o. Seguramente, a compreensão dos desafios e perspectivas da aplicação de ações afirmativas para negras/os na carreira de magistério superior em muito pode contribuir para pensar também o lugar das ações afirmativas para estudantes negras/os, indígenas e quilombolas, nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades federais brasileiras.

[Trabalho completo](#)

Dos desafios de estar na universidade

Autoria: Judit Gomes da Silva

Este work descreve a trajetória de estudantes oriundas/os de diferentes comunidades quilombolas que ingressaram na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio da Política de Ações Afirmativas. Busca-se problematizar os desafios encontrados por essas/es estudantes desde a inscrição ao processo seletivo até a permanência na universidade. Um dos desafios para o ingresso é a exigência de a inscrição ser feita apenas virtualmente, pois em muitas dessas comunidades não há conexão com a internet. Na universidade, compreender o vocabulário acadêmico em sala de aula e obter informações qualificadas sobre recursos para a permanência, além da demora em obter tais recursos, são outros desafios relatados. Esta pesquisa foi iniciada em 2017 e tem como fontes entrevistas, reuniões e observação. A etnografia demonstra



como as relações de pertencimento às comunidades quilombolas possibilitaram a interação entre esses estudantes e potencializaram a mobilização pelo direito à educação, à moradia estudantil e, conseqüentemente, à permanência na universidade.

Experiencia de Resistência: 10 Anos de Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília ? AAIUnB.

Autoria: Brulina Aurora, Alisson Cleomar Santos

A semana indígena, é uma atividade de resistência realizada anualmente pela Associação dos Acadêmicos em conjunto a coordenação indígena da universidade, espaço de voz conquistada pelos estudantes indígenas, espaço de luta e resistência. Acreditamos que as instituições necessitam adequar a estrutura da universidade para que a inclusão de estudantes indígenas advindos de contextos plurais e diversos culturalmente seja efetiva. Associação dos Acadêmicos Indígenas na Universidade de Brasília- AAIUnB, A associação foi criada para suprir as demandas e reivindicações dos estudantes indígenas na Universidade de Brasília - UnB. A sua composição é 100% é dos estudantes da Universidade de Brasília, sendo da graduação e pós-graduação. A história de luta do coletivo tem como principal objetivo, empoderar os estudantes para que sejam protagonistas do processo de lutas e conquistas dentro da universidade, que é passada de gestão para gestão, a associação tem uma diretoria que administra os works por dois anos, seguindo o estatuto. A atuação é diretamente voltada à defesa dos direitos indígenas como coletivo, relacionadas aos estudantes dentro da universidade e apoiando ativamente as atividades do movimento indígena a nível nacional e apresentando demandas no que diz respeito ao direito dos estudantes indígenas no âmbito nacional, que dialoga com as representações nos espaços públicos e instituições, para solicitar melhoria de bem estar social dos povos indígenas, seja na luta pelo território, educação, direitos sociais e saúde. Tendo como principal foco a uma formação acadêmica que respeita a diferença das culturas e principalmente a indígena, pois, não adianta abrir vagas para ingresso de estudantes indígenas se na instituição não há um acompanhamento e assistências para que estes estudantes possam concluir seus estudos.

Experiência, corpo e afeto na ação política em universidades brasileiras

Autoria: Stephanie Pereira de Lima

A última década vem sendo marcada por um conjunto de implementações de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, resultando num crescimento contínuo de sujeitos nesses espaços. A pesquisa de doutorado que dá origem a este paper tem como objetivo geral explorar as transformações nas táticas e estratégias políticas nesse contexto, considerando a emergência de formas recentes de ação coletiva em universidades brasileiras e os próprios processos de emergência e de produção de sujeitos políticos. Neste work, apresento algumas reflexões a partir da etnografia em dois coletivos universitários: o Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/Unicamp) e o Coletivo Kiu! (UFBA), realizada entre 2016 e 2018. Por fim, considero que a pesquisa de campo nestes dois coletivos universitários, se articula com um conjunto de outros espaços políticos contemporâneos onde o ?corpo? e a ?experiência? constrói a noção de organização política dos próprios. Além disso, por esses coletivos reúnem um considerável número de participantes além de um conjunto de ações nesse período, permite pensar as articulações entre esses atores para além das tensões tocantes às relações entre os diversos movimentos que estão na universidade ? movimento estudantil, feminista, negro, LGBT.

Indígenas bilíngues na universidade: reflexões a partir dos relatos e das experiências de dois acadêmicos da etnia Wai Wai



Autoria: Rui Massato Harayama, Jaime Xamen Wai Wai Walter Powci Wai Wai

A presença de indígenas bilíngues nas instituições de ensino superior (IES) e a execução de processos seletivos especiais para a inserção dos mesmos são analisadas a partir das experiências de indígenas wai wai egressos da Universidade Federal do Oeste do Pará. A análise pretende compreender as contradições entre o discurso oficial, a realidade implementada e a experiência dos alunos indígenas. A consulta aos documentos normativos e legislações que garantem a inclusão de indígenas no ensino superior (Lei nº 12.711/2012 e Convenção OIT 169) colocam em debate a necessidade de observar in loco como se implementam essas políticas. Ao observarmos os dados empíricos encontramos um cenário de grande retenção e evasão, casos de racismo e de racismo estrutural e o acometimento da saúde mental de estudantes indígenas, caracterizando um cenário pouco inclusivo dessa população nas IES e que também reflete o cotidiano de indígenas aldeados que se mudam para as cidades. Nesse sentido, a execução de processos seletivos especiais não consegue garantir a produção de espaços inclusivos uma vez que apenas asseguram o acesso inicial diferenciado dos mesmos. Comparamos esse cenário às análises desenvolvidas sobre a teoria da produção do fracasso escolar, no qual a ausência de políticas de assistência estudantil indígena e do debate sobre educação superior diferenciada colocam nos estudantes a responsabilidade pelo seu próprio fracasso, estigmatizando a diferença e determinando etnicorracialmente o insucesso dos mesmos na instituição. Entretanto, os egressos indígenas afirmam, em suas falas e experiências, a importância do processo acadêmico e do conhecimento dos brancos como estratégia de resistência política e social. O percurso da alfabetização bilíngue e as estratégias familiares e dos grupos étnicos para garantir a conclusão do ensino médio é perpassado pela atribuição de sentidos ao processo de escolarização, seja em uma antropologia do mundo dos brancos, ou pela compreensão dos percursos dos não-indígenas ao caminho do emprego. Proporcionando para os acadêmicos indígenas ferramentas para o desenvolvimento histórico e cultural de suas comunidades. Apontando para a necessidade de compreendermos os usos políticos dos espaços do ensino superior propiciado pelas políticas de inclusão etnicorracial. Para além da análise do processo de inclusão de indígenas nas IES, os egressos promovem mudanças epistemológicas ao problematizar dados consolidados sobre as pesquisas com populações indígenas, no modo como propõem novas formas de compreender o presente e o passado, assim como ponderam a busca ocidental pela legitimação da autoridade indígena e da circulação do conhecimento resultante de seus processos de pesquisa na universidade.

O português indígena na produção intelectual de Célia Xakriabá

Autoria: Amanda Jardim da Silva Rezende, Célia Nunes Corrêa Xakriabá

O português indígena em sua ampla variabilidade linguística, falado ou escrito, ainda não tem seu devido reconhecimento como língua, pois a língua portuguesa não é comumente identificada como um símbolo tradicional de indianidade? (MAHER 2006: 33). O que poderíamos dizer sobre a escrita e o reconhecimento dessa língua em contextos acadêmicos? Para uma reflexão inicial acerca dessas questões tomaremos como ponto de partida a trajetória acadêmica de Célia Xakriabá, marcada por episódios relacionados ao seu letramento acadêmico na licenciatura indígena FIEI/UFMG (Formação Intercultural de Educadores Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais) e no mestrado profissional MESPT/UnB (Mestrado em Sustentabilidade Junto à Povos e Terras Tradicionais da Universidade de Brasília). Particularmente, trataremos sobre a receptividade do meio acadêmico em relação a sua produção intelectual, melhor dizendo, sobre os iniciais estranhamentos do corpo docente à escrita de Célia Xakriabá. Tal escrita é caracterizada pela presença de elementos da tradição oral xakriabá, como o português xakriabá falado cotidianamente e as Loas - uma forma de se falar e escrever a partir da construção de versos utilizados em contextos específicos.



A escrita de Célia também se caracteriza pela presença de frases longas que utiliza o recurso da circularidade (repetição de ideias); recorrência de discordâncias verbais e de gênero; uso de pronomes que transitam na primeira do singular e plural; referências teóricas às lideranças xakriabá, etc. Como afirma Célia, tais características levaram seu texto a ser compreendido por alguns docentes como informal e não adequado aos códigos e normas da escrita acadêmica. Essa não adequação à gramática acadêmica seria sintomática de um fenômeno de qual ordem? Ao nosso ver, tratar-se-ia de um campo marcado por forças antagônicas, quais sejam: a resistência xakriabá a um modo consolidado de se fazer ciência e a negação do meio acadêmico a outras epistemes. Tais forças seriam perceptíveis, por exemplo, nas tentativas de silenciamentos e apagamentos da expressão escrita xakriabá acadêmica que não conseguem lograr êxito por conta da resiliência xakriabá acionada via produção intelectual. Entretanto, deve-se considerar que se trata de um contexto recente, cuja ausência histórica de xakriabás no meio acadêmico aos poucos vem sendo transformada, um dos efeitos das políticas de ações afirmativas em desenvolvimento ensino superior nas últimas décadas.

[Trabalho completo](#)

Os sentidos da vivência universitária: circulação de conhecimentos e engajamentos em uma periferia urbana do Rio de Janeiro

Autoria: Juliana Athayde Silva de Moraes

A recente descentralização e expansão do ensino superior público no Brasil suscita diversas questões, não apenas relacionadas ao acesso à universidade, mas também ao processo de consolidação de instituições nas periferias urbanas e no interior do país. A intenção deste work é apresentar reflexões da pesquisa de doutorado em andamento sobre os significados da vivência universitária em três instituições de ensino superior público da Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro composta por treze municípios. Permeada por estigmas comumente associados a periferias urbanas, como os referentes a criminalidade e precariedades em geral, a luta pela valorização da memória e cultura da Baixada Fluminense soma-se às reivindicações por melhorias educacionais na região, mobilizando diversos atores sociais desde, principalmente, a década de 1980. A atual ampliação do acesso de estudantes moradores da região, que possui maioria populacional negra, à educação superior pública no próprio território guarda significados que demandam ser compreendidos. Afinal, quais efeitos são produzidos pelo ingresso de sujeitos periféricos à universidade pública na periferia? Quais impactos essas instituições trazem para o território em que se localizam? O campo da pesquisa tem sido realizado em três instituições: o campus de Duque de Caxias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ); o campus Nilópolis do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ/CNIL); e o campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ). A partir de entrevistas com docentes, discentes, análise da produção acadêmica e de eventos realizados nos campi, venho refletindo sobre como a experiência universitária periférica (ainda que múltipla e diversa) é atravessada por conflitos, ambivalências e resistências que refletem as atuais transformações no ensino superior do Brasil. A inclusão social de estudantes historicamente excluídos do espaço universitário e a descentralização dos campi parece aglutinar contradições que vêm sendo expostas na realidade acadêmica brasileira na última década: a universidade enquanto lugar de silenciamento, colonialidade e constrangimento, é também espaço de enunciação, emancipação e pertencimento. É objetivo deste work entender como o lugar periférico ocupado pelas instituições estudadas parece potencializar dimensões políticas e subjetivas da experiência universitária, evidenciando nexos entre a produção de conhecimento e a produção de engajamentos, onde tanto os corpos, docentes e discentes, quanto a realidade social local imprimem suas marcas no work intelectual.



[Trabalho completo](#)

Políticas Racializadas e o Surgimento de Coletivos de Estudantes Negros no Ensino Superior.

Autoria: Guilherme dos Santos Oliveira

Atendendo as demandas dos movimentos sociais, o governo brasileiro adotou em sua agenda de políticas públicas, medidas para que o acesso às universidades, especialmente as públicas, fosse facilitado tornando assim as instituições de ensino superior mais plurais e diversas. Após o fenômeno da implementação das políticas da diversidade no sistema educacional brasileiro, observa-se uma capilarização das entidades do movimento estudantil em múltiplos coletivos. A pesquisa tem como objetivo geral descrever o contexto de surgimento dos coletivos de estudantes negros (as) e suas demandas. Para dar conta da investigação tomamos os seguintes pressupostos teóricos: Desigualdades Raciais (Hasenbalg: 2005; Guimarães: 1999; Gonçalves: 2014 e Jaccoud: 2008); Movimentos Sociais (Gohn: 1997; Touraine: 1999) e Movimentos e Coletivos Estudantis (Mellucci: 1997; Mesquita: 2001; Sousa: 1999). O método de investigação será qualitativo, um estudo de caso, onde utilizo as seguintes técnicas de pesquisa: observação, entrevistas (presencial e online) e coleta de dados nos sites e redes sociais (online). A pesquisa tem por finalidade três objetivos específicos: (1) compreender como se dá essa nova dinâmica de representatividade política estudantil nas universidades escolhidas, (2) investigar como que a configuração organizacional é estruturada dentro de cada coletivo e (3) fornecer dados concretos sobre essa temática, com o intuito de somar ao número de works que discutam essa temática, uma vez que ela ainda não é uma referência para os debates acadêmicos vigentes hoje nas universidades brasileiras.

[Trabalho completo](#)

Quais as trajetórias do conhecimento antropológico? Algumas reflexões de uma experiência

Autoria: Isaac Palma Brandão

Primordialmente esse work é sobre certo desconforto. Provocado em mim, mas também por mim e diversos colegas negros e negras, principalmente, aqueles e aquelas considerados militantes e que como eu já foram objeto de pesquisa?. A antropologia, pelo menos a partir de certo desenvolvimento, pode ser historicamente caracterizada como uma disciplina vinculada à dominação colonialista, racial e patriarcal. As pesquisas desenvolvidas por antropólogos, em diversos contextos, obedeceram a dinâmicas vinculadas às redes de dominação. Grande parte das pesquisas, que hoje são lidas como bibliografia clássicas podem ser interpretadas, em determinada chave crítica, como relatórios coloniais. A primeira pergunta, que inspira as discussões deste work, é: para quem serviu todo esse conhecimento? Esse work apresenta uma série de reflexões, partindo da minha trajetória enquanto jovem negro mestrando em Antropologia. Por tratar-se de uma trajetória, esboço um mapeamento das redes e conexões que acessei, através de vínculos afetivo, políticos ou de interesse. Buscando ressaltar as tensões, com as quais tenho que conviver durante esse percurso (ainda em andamento), reflito sobre habitar esse espaço a partir das minhas posições no mundo e sobre a pertinência dessas reflexões no tensionamento do conhecimento antropológico. Dessa forma, narro o meu encontro com determinadas discussões, textos, aulas, conceitos e contextos. Sigo aqui debates propostos por intelectuais negros/os, feministas, feministas negras, autoras e autores pós-coloniais e decoloniais sobre a relevância da inserção de outras experiências no contexto de produção do conhecimento científico. Acontecimentos vivenciados por mim e outros estudantes negros serão codificados como situações etnográficas. As discussões aqui expostas são sobre o campo científico, as sensibilidades acadêmicas, as disputas epistemológicas e os contextos institucionais a partir de onde emergem esses conhecimentos. Trata-se, portanto, de uma constante indagação advinda da inspiração etnográfica sobre as condições a partir das



quais o conhecimento é produzido. Discuto ainda, a partir de pesquisas concluídas ou em andamento - na intersecção entre violência, segurança pública e justiça criminal - sobre ser pesquisador e militante. Indago a ideia, muito disseminada, de que pessoas implicadas em temas teriam que, necessariamente, produzir um afastamento? por correrem o risco de naturalizar? certos aspectos. Por fim, ressalto a relevância de estudantes negros enfocarem as próprias experiências e trajetórias como forma particular de produzir conhecimento.

Resistências indígenas na universidade: tecendo relações plurais na I Semana Acadêmica Indígena da UFPR

Autoria: Lays Gonçalves da Silva, Tainara Ganin de Oliveira e Luís Carlos Rãkag Dias

Esta comunicação é construída por uma mestrandia não-indígena e dois pesquisadores indígenas acadêmicos da Universidade Federal do Paraná, e tem como objeto de reflexão as dinâmicas das relações constituídas por estudantes indígenas em seu período de graduação, com atenção aos processos vividos na realização da primeira semana indígena que aconteceu na universidade em abril de 2018. Em 14 anos da criação da política específica, ainda há resistências por parte da universidade em reconhecer a presença indígena de maneira a compreender este espaço também como território dos povos indígenas e de criação de experiências e saberes plurais. Com intuito de compreender como acontece a permanência destes sujeitos que vislumbram a conclusão de um curso no ensino superior, nesse contexto, será observado como estes se apropriam das políticas públicas existentes destinadas aos povos indígenas, mas sobretudo, quais os caminhos percorridos em sua trajetória acadêmica. É possível perceber que a permanência destes sujeitos na universidade se dá pela adesão e efetivação das políticas específicas, de forma individual e burocrática, concomitante a outros mecanismos de sociabilidade e cooperação internos e externos à universidade, os quais se apoiam em relações de consanguinidade e de afinidade entre parentes. É a partir dessas dinâmicas que o presente work se propõe a analisar os trâmites e desdobramentos da realização da I Semana Acadêmica dos Estudantes Indígenas da UFPR, ocorrida nos dias 18 e 19 de abril de 2018, no campus Santos Andrade, por meio da análise do material áudio visual do evento, e da análise sobre os impactos dela na vida dos acadêmicos Indígenas que estiveram à frente na organização.

Trajetoária profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília: desafios e perspectivas

Autoria: Erika Costa Silva

A cultura científica é sublinhada por um ethos masculinista, o modo pelo qual as práticas sociais estão configuradas através de um modelo patriarcal favorece a inserção dos homens nas instituições científicas. Entre as diversas atividades da cultura científica destaca-se a carreira docente. No Brasil a profissão de docente não é apenas masculina? como também é racialmente branca. O Censo do Ensino Superior do ano de 2016 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira informa que no Brasil há apenas 219 mulheres negras que atua como docente em programas de pós-graduações, o que representa 0,4% do total geral. Em um contexto mais específico tais características também pode ser observada, como por exemplo, a Universidade de Brasília. Mais de uma década após a implementação das ações afirmativas para estudantes negros no acesso a graduação, as desigualdades raciais ainda persistem no quadro docente da instituição. Realizamos durante os meses de setembro e outubro do ano de 2017 um levantamento quantitativo para identificar a composição racial do quadro docente da UnB. De acordo com este levantamento identificamos que atualmente a instituição dispõe de um total de 2.437 docentes efetivos, dos quais 47% (1.084) são mulheres e 53% (1.353) são homens, deste total apenas 50 docentes são negros,



sendo que 1,51% (24) são mulheres e 1,64% (26) são homens. Estes aspectos indicam as desigualdades de raça e gênero na profissão de docente na instituição. Os dados apresentados são resultados da primeira fase da pesquisa que está em andamento sobre a trajetória de formação profissional de mulheres negras docentes na UnB. A inter-relação entre gênero e raça constituem obstáculos visíveis e invisíveis para as mulheres negras na profissionalização de docente. Nosso objetivo é apresentar as características dos desafios estruturais da carreira docente para mulheres negras, através dos aspectos da docência na UnB. Constatamos que as mulheres negras docentes na instituição concentra-se especialmente nas área do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, áreas como as Ciências Exatas e Engenharias ainda constituem espaços de difícil acesso para mulheres, sobretudo para mulheres negras. Nota-se que a produção científica empreendida pelas docentes negras na UnB é marcada por uma produção do conhecimento devidamente localizada, pois boa parte desta insere-se no campo dos estudos das relações raciais e de gênero. Através do suporte teórico de nossa investigação apoiado no feminismo negro e na crítica feminista podemos compreender quais os desafios estruturais estabelecidos para mulheres negras na profissionalização de docente na UnB.

?A presença indígena nos territórios, da aldeia à universidade?: entre violências, lutas, resistências

Autoria: Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos

Propõe-se, por um lado, considerar o território da universidade como um espaço quem vem sendo ocupado por sujeitos que tradicionalmente não pertenciam a este espaço, importando frisar que esta presença tem se realizado de formas substancialmente distintas, dependendo do contexto espaço-temporal que se tome como referência. Certamente, torna-se necessário problematizar o "como" deste fenômeno, considerando suas implicações e diferentes obstáculos institucionais, direcionando, assim, o olhar para os desafios e consequências que se colocam a partir da presença neste território, também em disputa. Interessa, portanto, refletir sobre a formação de acadêmicos e trajetórias de intelectuais indígenas que impactam direta e indiretamente no espaço da vida universitária e nas práticas de produção de conhecimento. Como enfoques principais, cumpre, por um lado, observar os efeitos sociais da produção bibliográfica de teses e dissertações de autoria indígena (priorizando a incidência na antropologia), buscando-se refletir sobre expressões de conhecimento significativo para renovar as formas de se pensar certos temas ? ou inclusive na inovação de questões até então jamais trabalhadas ?; que desafiam certos saberes já cristalizados e metodologias convencionais. Por outro, parte-se da perspectiva de uma "educação (re)territorializada" para contemplar os "corpos-territórios" dos sujeitos de distintos povos indígenas que ocupam o espaço urbano ao chegarem às universidades, e que agenciam novas formas de organização política e de mobilização estudantil indígena. As demandas por parte de estudantes para o preenchimento de lacunas curriculares, por exemplo, têm sido há muito objeto de reivindicação de conteúdos e mediações específicas ainda ausentes. Como têm vivenciado o universo acadêmico - este novo território habitado da universidade - e como têm realizado acoplamentos necessários, reelaborando modos de ser e se engajando politicamente neste ambiente enquanto sujeitos de uma cidadania em permanente construção. Restituir, pois, a centralidade dos Encontros de Estudantes Indígenas (Nacionais ? ENEIs ? e Regionais ? EREIs) como lugar privilegiado de fortalecimento político, mas também como espaço de circulação dos works acadêmicos produzidos, discussão de temas caros às pautas do movimento e, inclusive, renovação das abordagens para a sua agenda de mobilização como um todo torna-se primordial neste contexto.

[Trabalho completo](#)



?A UNIVERSIDADE AINDA É MUITO EXCLUDENTE?: desafios da política afirmativa para a permanência de indígenas e quilombolas no ensino superior da UFPA

Autoria: Maria do Socorro Rayol Amoras, Solange Maria Gayoso da Costa

Este work tem como objetivo discutir a formação acadêmica de indígenas e quilombolas na Universidade Federal do Pará-UFPA. Para isso, buscou analisar, a partir do ponto de vista desses discentes, os desafios da política afirmativa para as suas permanências no ensino superior. As informações sistematizadas foram obtidas nos debates realizados durante o VI Colóquio em Serviço Social, promovido pela Faculdade de Serviço Social da UFPA e nas oficinas do Projeto de Extensão Ações interventivas para a permanência com qualidade e equidade de estudantes indígenas e quilombolas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA. Foi observado que o conjunto desses alunos tem exposto com muita veemência os obstáculos que comprometem a permanência na educação superior e a conclusão com êxito. Entre esses, destacam as situações de racismo institucional por parte de professores, técnicos e demais alunos; também, dão destaque à discriminação que sofrem em sala de aula devido a baixa qualidade da educação básica que receberam. Segundo eles, todas essas questões se agravam porque o entendimento da garantia da diversidade cultural, nos projetos político curriculares dos cursos, tem sido um processo lento e de muitos entraves. O racismo, os preconceitos, a discriminação e a xenofobia, dirigidas aos povos indígenas e quilombolas no ensino superior, evidenciam o quanto a Universidade ainda é excludente. Na UFPA, no ano de 2017, a política de cotas obteve um salto de 40% para 78% do número de vagas destinadas, contudo, a permanência desses estudantes coloca muitos questionamentos, pois a evasão é recorrente em todos os cursos. Logo, o acesso à universidade não está garantindo a permanência com qualidade e equidade. Na avaliação desses alunos, a Universidade tem mostrado pouca compreensão da importância do reconhecimento da diversidade de sujeitos na formulação de uma proposta educacional intercultural, que possa contribuir com processos mais democráticos de inclusão. Ante as denúncias desses discentes e o alto índice de evasão, é possível inferir que a política de cotas precisa construir uma política de permanência mais efetiva para além dos auxílios, que envolva todos os segmentos da comunidade acadêmica. Nesse sentido, a discussão pretendida neste work, visa contribuir com a efetivação de propostas politicamente posicionadas e engajadas, frente as demandas desses estudantes para o alcance de uma Universidade intercultural e pluriétnica, isto é, inclusiva, comprometida com a superação do racismo e de todas as formas de discriminação. Esses alunos, portanto, sinalizam a perspectiva de um ensino inclusivo que respeita e considera a diversidade de sujeitos, bem como a multiplicidade de saberes que indígenas e quilombolas mobilizam em seus múltiplos contextos.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**